

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**  
**XIII CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE**  
**CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA DE PRIMEIRA**  
**ENTRÂNCIA E DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROVA ORAL**

**PONTO 4 – DIREITO CONSTITUCIONAL,**  
**DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO TRIBUTÁRIO**

**QUESTÃO 1**

Considere a seguinte situação hipotética:

O estado do Pará instituiu uma taxa para custear o exercício potencial do poder de polícia relacionado à exploração e ao aproveitamento de recursos hídricos voltados à geração de energia elétrica. No momento em que a norma sobre a cobrança da referida taxa foi editada, ainda não havia aparato administrativo para a realização da fiscalização. Diante dessa situação, o Ministério Público (MP) ajuizou ação civil pública, em defesa dos contribuintes, questionando a constitucionalidade da taxa.

Considerando essa situação hipotética, responda, à luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), aos questionamentos a seguir.

- 1 A cobrança da taxa em questão é formalmente e materialmente constitucional?
- 2 O MP tem legitimidade para questionar a cobrança da referida taxa?

**TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS**

Direito Tributário: 2.5 Taxa.

Direito Administrativo: 7.4 Poder de polícia.

Direito Constitucional: 8.1 Ministério Público. 8.1.1 Princípios, garantias, vedações, organização e competências. 11 Sistema Tributário Nacional.

**PADRÃO DE RESPOSTA**

Conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADI n.º 6211, a taxa de fiscalização relacionada à exploração e ao aproveitamento de recursos hídricos voltados à geração de energia elétrica está inserida no âmbito da competência concorrente prevista no artigo 23, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, e, portanto, formalmente constitucional. Ainda de acordo com o entendimento do STF, com base no julgamento do Tema n.º 217 de repercussão geral — RE 588.322, é ilegítima a cobrança de taxa em decorrência do uso potencial do poder de polícia, devendo ser efetivo o poder de polícia implementado. Conforme o relator, o ministro Gilmar Mendes, “o texto constitucional diferencia as taxas em razão do poder de polícia daquelas decorrentes da utilização de serviços específicos e divisíveis, ii) facultando apenas a estas a prestação potencial do serviço público. [...] A materialização da atividade fiscalizadora é necessária, sob pena de esvaziar o comando constitucional, mediante indevida equiparação das duas subespécies tributárias”. Nesse contexto, declarou a inconstitucionalidade material da taxa cobrada. Logo, a taxa é formalmente constitucional e materialmente inconstitucional.

Conforme a jurisprudência do STF, o Ministério Público não possui legitimidade ativa *ad causam* para, em ação civil pública, deduzir, em juízo, pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes, em caso de questionamento de constitucionalidade/legalidade de tributo — Tema n.º 645 de repercussão geral.

## QUESITOS AVALIADOS

### Quesito 1

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

### Quesito 2

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

### Quesito 3

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

### Quesito 4

Conceito 0 – Não utiliza a linguagem adequada.

Conceito 1 – Utiliza a linguagem adequada.

### Quesito 5

Conceito 0 – Apresenta postura inadequada.

Conceito 1 – Apresenta postura adequada.

### Quesito 6.1

Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu incorretamente.

Conceito 1 – Mencionou apenas um dos dois aspectos a seguir sobre a constitucionalidade formal da taxa editada: i) compatibilidade formal da taxa instituída com a CF, (ii) considerando o caráter concorrente da competência fiscalizatória relativa à exploração e ao aproveitamento de recursos hídricos voltados à geração de energia elétrica, a teor do art. 23, inciso XI, da CF.

Conceito 2 – Mencionou os dois aspectos mencionados anteriormente.

### Quesito 6.2

Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu incorretamente.

Conceito 1 – Mencionou apenas um dos dois aspectos a seguir sobre a constitucionalidade material da taxa editada: i) é ilegítima a cobrança de taxa em decorrência do uso potencial do poder de polícia, devendo este último ser efetivo; ii) e, em relação ao atributo da potencialidade, a taxa só poderia ser cobrada tendo em vista a prestação de serviços públicos.

Conceito 2 – Mencionou os dois aspectos mencionados.

### Quesito 6.3

Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu incorretamente.

Conceito 1 – Afirmou que, consoante o entendimento do STF, o MP não possui legitimidade ativa *ad causam* para, em ação civil pública, deduzir em juízo pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes, visando questionar a constitucionalidade/legalidade de tributo — Tema n.º 645 de repercussão geral.

**ROTEIRO DE ARGUIÇÃO**

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

**Atenção!** Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 A taxa é formalmente constitucional?
- 2 A taxa é materialmente constitucional?
- 3 É possível a cobrança de taxa em razão do exercício potencial do poder de polícia?
- 4 Qual entendimento do STF em relação à legitimidade do MP para, em ação civil pública, questionar a cobrança de tributos?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

**PLANILHA DE CORREÇÃO**

| QUESITOS AVALIADOS |                                                                              | VALOR        | CONCEITO |   |   |   |
|--------------------|------------------------------------------------------------------------------|--------------|----------|---|---|---|
| <b>1</b>           | Articulação do raciocínio                                                    | 0,00 a 1,00  | 0        | 1 | 2 | 3 |
| <b>2</b>           | Capacidade de argumentação                                                   | 0,00 a 1,00  | 0        | 1 | 2 | 3 |
| <b>3</b>           | Uso correto do vernáculo                                                     | 0,00 a 1,00  | 0        | 1 | 2 |   |
| <b>4</b>           | Adequação da linguagem                                                       | 0,00 a 1,00  | 0        |   | 1 |   |
| <b>5</b>           | Postura                                                                      | 0,00 a 1,00  | 0        |   | 1 |   |
| <b>6</b>           | Domínio do conhecimento jurídico                                             |              |          |   |   |   |
| <b>6.1</b>         | Constitucionalidade formal da taxa                                           | 0,00 a 2,00  | 0        | 1 | 2 |   |
| <b>6.2</b>         | Constitucionalidade material da taxa                                         | 0,00 a 2,00  | 0        | 1 | 2 |   |
| <b>6.3</b>         | Legitimidade do MP para a propositura de ação civil pública no caso concreto | 0,00 a 1,00  | 0        |   | 1 |   |
| <b>TOTAL</b>       |                                                                              | <b>10,00</b> |          |   |   |   |

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**  
**XIII CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE**  
**CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA DE PRIMEIRA**  
**ENTRÂNCIA E DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROVA ORAL**

**PONTO 4 – DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO PENAL**

**QUESTÃO 2**

Considere a seguinte situação hipotética:

Durante uma fiscalização, agentes policiais constataram que a placa do veículo conduzido por Paulo estava com a numeração alterada, a qual foi realizada por meio do emprego de fita isolante.

Considerando que o crime de adulteração de sinal identificador de veículo é punido com reclusão de três a seis anos, além de multa, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir.

- 1 É cabível o acordo de não persecução penal (ANPP) na hipótese apresentada?
- 2 Nesse caso em que a adulteração foi feita mediante o emprego de fita isolante, a conduta é considerada típica?

**TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS**

Direito Processo Penal: 4.2 Acordo de Não Persecução Penal.

Direito Penal: 19 Crimes contra a fé pública.

**PADRÃO DE RESPOSTA**

A situação apresentada envolve o crime do art. 311 do Código Penal (CP), o qual, embora não tenha envolvido violência ou grave ameaça, é punido, como especificado no próprio enunciado, com pena de reclusão de três a seis anos e, ainda, multa. Nesse contexto, é cabível o oferecimento do acordo de não persecução penal (ANPP), desde que o agente não seja reincidente ou criminoso habitual, não tenha sido beneficiado com ANPP anteriormente, não tenha havido transação penal ou suspensão condicional do processo nos cinco anos anteriores e confesse a prática da infração penal, conforme interpretação do art. 28-A, caput e § 2.º, do Código de Processo Penal (CPP).

A placa é sinal externo de identificação do veículo e o fato de ter sido empregada fita adesiva ou isolante para alterar a sua numeração é suficiente para caracterizar a conduta do art. 311 do CP, independentemente de a conduta ser dirigida a alguma finalidade específica, conforme pacífica jurisprudência do STJ:

2. As placas constituem sinal identificador de qualquer veículo e a conduta realizada pelo agravante, que, com o uso de fita isolante, modificou o seu número, configura sim o delito tipificado no art. 311 do Código Penal.
3. Conforme mencionado pelo Tribunal de origem, as fotografias constantes do processo são claras e comprovam a contrafação.
4. O tipo constante do art. 311 do Código Penal visa resguardar a autenticidade dos sinais identificadores de veículos automotores, tutelando a fé pública e o poder de polícia do Estado, não exigindo que a conduta do agente seja dirigida a uma finalidade específica, tornando, também, desnecessária a produção de prova pericial, se no processo ficar clara a adulteração, o que ocorreu.
5. Agravamento regimental desprovido.

(AgRg no HC n.º 496.325/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 13/8/2019, DJe de 23/8/2019.)

## **QUESITOS AVALIADOS**

### **Quesito 1**

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

### **Quesito 2**

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

### **Quesito 3**

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

### **Quesito 4**

Conceito 0 – Não utiliza a linguagem adequada.

Conceito 1 – Utiliza a linguagem adequada.

### **Quesito 5**

Conceito 0 – Apresenta postura inadequada.

Conceito 1 – Apresenta postura adequada.

### **Quesito 6.1**

Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu incorretamente.

Conceito 1 – Abordou apenas um dos aspectos a seguir: i) é cabível o ANPP para o crime do art. 311 do CP, uma vez que sua pena mínima é inferior a 4 anos; ii) o delito não envolve violência ou grave ameaça; iii) no entanto, deve haver confissão formal da infração; iv) o investigado não pode ser reincidente ou criminoso habitual; v) e não pode ter sido beneficiado, nos cinco anos anteriores ao cometimento da infração, com ANPP, transação penal ou suspensão condicional do processo.

Conceito 2 – Abordou apenas dois dos aspectos mencionados anteriormente.

Conceito 3 – Abordou apenas três dos aspectos mencionados anteriormente.

Conceito 4 – Abordou apenas quatro dos aspectos mencionados anteriormente.

Conceito 5 – Abordou todos os aspectos mencionados anteriormente.

### **Quesito 6.2**

Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu incorretamente.

Conceito 1 – Abordou apenas um dos aspectos a seguir: i) a placa é sinal externo de identificação de veículo automotor; ii) a conduta de alteração de sua numeração é típica, ainda que realizada por meio de emprego de fita isolante ou adesiva; iii) e é caracterizada como conduta criminosa, independentemente de ter sido dirigida a alguma finalidade específica.

Conceito 2 – Abordou apenas dois dos aspectos mencionados anteriormente.

Conceito 3 – Abordou todos os aspectos mencionados anteriormente.

## ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

**Atenção!** Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Considerando a pena cominada ao crime do art. 311 do CP, é cabível o oferecimento de ANPP?
- 2 A natureza do crime do art. 311 do CP impede o oferecimento do ANPP?
- 3 Quais os impedimentos de natureza pessoal para o oferecimento de ANPP?
- 4 A modificação do número da placa configura o crime previsto no art. 311 do CP?
- 5 O emprego de fita isolante ou adesiva afasta a tipicidade da conduta?
- 6 Exige-se alguma finalidade específica para a configuração do crime previsto no art. 311 do CP?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

## PLANILHA DE CORREÇÃO

| QUESITOS AVALIADOS |                                  | VALOR        | CONCEITO |   |   |   |     |
|--------------------|----------------------------------|--------------|----------|---|---|---|-----|
| <b>1</b>           | Articulação do raciocínio        | 0,00 a 1,00  | 0        | 1 | 2 | 3 |     |
| <b>2</b>           | Capacidade de argumentação       | 0,00 a 1,00  | 0        | 1 | 2 | 3 |     |
| <b>3</b>           | Uso correto do vernáculo         | 0,00 a 1,00  | 0        | 1 | 2 |   |     |
| <b>4</b>           | Adequação da linguagem           | 0,00 a 1,00  | 0        |   | 1 |   |     |
| <b>5</b>           | Postura                          | 0,00 a 1,00  | 0        |   | 1 |   |     |
| <b>6</b>           | Domínio do conhecimento jurídico |              |          |   |   |   |     |
| <b>6.1</b>         | Requisitos do ANPP               | 0,00 a 2,60  | 0        | 1 | 2 | 3 | 4 5 |
| <b>6.2</b>         | Tipicidade da conduta            | 0,00 a 2,40  | 0        | 1 | 2 | 3 |     |
| <b>TOTAL</b>       |                                  | <b>10,00</b> |          |   |   |   |     |

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**  
**XIII CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE**  
**CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA DE PRIMEIRA**  
**ENTRÂNCIA E DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROVA ORAL**

**PONTO 4 – DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E**  
**DIREITO EMPRESARIAL**

**QUESTÃO 3**

Considere a seguinte situação hipotética:

Cinco anos após ter sido realizada doação pura e simples de imóvel a um sobrinho, o doador decidiu pela revogação do ato por ingratidão, haja vista que o donatário mudara de cidade e havia mais de um ano não visitava o doador, que já passara dos 80 anos de idade.

O donatário ajuizou ação visando à anulação da revogação, sob o argumento de que o fato alegado pelo doador na revogação não configuraria ingratidão.

Em contestação, o doador reafirmou a ocorrência de ingratidão e pediu a condenação do autor em litigância de má-fé.

Considerando essa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, se o juiz deve ou não acolher o pedido de anulação de revogação do ato de doação feito pelo donatário e o pedido de condenação por litigância de má-fé feito pelo doador.

**TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS**

Direito Civil: 10 Dos contratos em geral. Disposições gerais: Princípios, requisitos, formação, interpretação, classificação. Dos efeitos. Vícios redibitórios. Evicção. Da extinção do contrato. Das várias espécies de contrato.

Direito Processual Civil: 1.6.2 Deveres das partes e procuradores.

**PADRÃO DE RESPOSTA**

Deverá o candidato apontar que o juiz deve acolher o pedido de anulação do ato de revogação por parte do donatário, uma vez que, para a revogação da doação por ingratidão, exige-se que os atos praticados, além de graves, revistam-se objetivamente dessa característica. Atos tidos, no sentido pessoal comum da parte, como caracterizadores de ingratidão, não se revelam aptos a qualificar-se juridicamente como tais, seja por não serem unilaterais ante a dissensão recíproca, seja por não serem dotados da característica de especial gravidade injuriosa.

Deverá o candidato apontar que a ingratidão deverá ser exteriorizada por atos marcadamente graves, como os enumerados no Código Civil de 2002 (atentado contra a vida, crime de homicídio doloso, ofensa física, injúria grave ou calúnia, recusa de alimentos — sempre contra o doador), acrescentando que não assiste razão ao réu (doador) quanto ao pedido de condenação por litigância de má-fé, já que o donatário não se utilizou do processo para conseguir fim vedado por lei.

Para a revogação da doação por ingratidão, exige-se que os atos praticados, além de graves, revistam-se objetivamente dessa característica. Atos tidos, no sentido pessoal comum da parte, como caracterizadores de ingratidão, não se revelam aptos a qualificar-se juridicamente como tais, seja por não serem unilaterais ante a fundada

dissensão recíproca, seja por não serem dotados da característica de especial gravidade injuriosa, exigida pelos termos expressos do Código Civil, que pressupõem que a ingratidão seja exteriorizada por atos marcadamente graves, como os enumerados nos incisos dos arts. 1183 do Código Civil de 1916 e 557 do Código Civil de 2002 (atentado contra a vida, crime de homicídio doloso, ofensa física, injúria grave ou calúnia, recusa de alimentos — sempre contra o doador — destacando-se, aliás, expressamente, quanto à exigência de que a injúria, seja grave, o que também se estende, por implícito à calúnia, inciso III dos dispositivos anotados). (REsp 1.350.464/SP, rel. min. Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe 11/3/2013). No mesmo sentido, AgInt no AREsp n. 1.593.194/SP, rel. min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 19/4/2021, DJe de 26/4/2021.

## **CC**

Art. 557. Podem ser revogadas por ingratidão as doações:

- I – se o donatário atentou contra a vida do doador ou cometeu crime de homicídio doloso contra ele;
- II – se cometeu contra ele ofensa física;
- III – se o injuriou gravemente ou o caluniou;
- IV – se, podendo ministrá-los, recusou ao doador os alimentos de que este necessitava.

## **CPC**

Art. 142. Convencendo-se, pelas circunstâncias, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim vedado por lei, o juiz proferirá decisão que impeça os objetivos das partes, aplicando, de ofício, as penalidades da litigância de má-fé.

## **QUESITOS AVALIADOS**

### **Quesito 1**

- Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.
- Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.
- Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.
- Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

### **Quesito 2**

- Conceito 0 – Não argumenta.
- Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.
- Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.
- Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

### **Quesito 3**

- Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.
- Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.
- Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

### **Quesito 4**

- Conceito 0 – Não utiliza a linguagem adequada.
- Conceito 1 – Utiliza a linguagem adequada.

### **Quesito 5**

- Conceito 0 – Apresenta postura inadequada.
- Conceito 1 – Apresenta postura adequada.

### **Quesito 6.1**

- Conceito 0 – Não responde ao questionamento ou responde que o juiz não deve acolher o pedido de revogação do ato de doação.



Conceito 1 – Responde que o juiz deve acolher o pedido do donatário (autor), haja vista que, para a revogação da doação por ingratidão, exige-se que os atos praticados, além de graves, revistam-se objetivamente dessa característica.

Conceito 2 – Responde que o juiz deve acolher o pedido do donatário (autor), haja vista que, para a revogação da doação por ingratidão, exige-se que os atos praticados, além de graves, revistam-se objetivamente dessa característica. Atos tidos, no sentido pessoal comum da parte, como caracterizadores de ingratidão, não se revelam aptos a qualificar-se juridicamente como tais.

Conceito 3 – Responde que o juiz deve acolher o pedido do donatário (autor), haja vista que, para a revogação da doação por ingratidão, exige-se que os atos praticados, além de graves, revistam-se objetivamente dessa característica. Atos tidos, no sentido pessoal comum da parte, como caracterizadores de ingratidão, não se revelam aptos a qualificar-se juridicamente como tais, seja por não serem unilaterais ante a dissensão recíproca, seja por não serem dotados da característica de especial gravidade injuriosa.

### Quesito 6.2

Conceito 0 – Não apontou que a ingratidão deverá ser exteriorizada por atos marcadamente graves.

Conceito 1 – Apontou que a ingratidão deverá ser exteriorizada por atos marcadamente graves, mas não mencionou o Código Civil de 2002.

Conceito 2 – Apontou que a ingratidão deverá ser exteriorizada por atos marcadamente graves, como os enumerados no Código Civil de 2002, mas não mencionou o pedido de litigância de má-fé.

Conceito 3 – Apontou que a ingratidão deverá ser exteriorizada por atos marcadamente graves, como os enumerados no Código Civil de 2002, acrescentando que não assiste razão ao réu (doador) quanto ao pedido de condenação por litigância de má-fé, já que não se utilizou do processo para conseguir fim vedado por lei.

## ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

**Atenção!** Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Na situação hipotética apresentada, ficou configurada a ingratidão?
- 2 O juiz deve acolher o pedido do doador?
- 3 Houve litigância de má-fé?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

## PLANILHA DE CORREÇÃO

| QUESITOS AVALIADOS |                                                | VALOR        | CONCEITO |   |   |   |
|--------------------|------------------------------------------------|--------------|----------|---|---|---|
| <b>1</b>           | Articulação do raciocínio                      | 0,00 a 1,00  | 0        | 1 | 2 | 3 |
| <b>2</b>           | Capacidade de argumentação                     | 0,00 a 1,00  | 0        | 1 | 2 | 3 |
| <b>3</b>           | Uso correto do vernáculo                       | 0,00 a 1,00  | 0        | 1 | 2 |   |
| <b>4</b>           | Adequação da linguagem                         | 0,00 a 1,00  | 0        |   | 1 |   |
| <b>5</b>           | Postura                                        | 0,00 a 1,00  | 0        |   | 1 |   |
| <b>6</b>           | Domínio do conhecimento jurídico               |              |          |   |   |   |
| <b>6.1</b>         | Revogação da doação por ingratidão             | 0,00 a 4,00  | 0        | 1 | 2 | 3 |
| <b>6.2</b>         | Atos marcadamente graves e litigância de má-fé | 0,00 a 1,00  | 0        | 1 | 2 | 3 |
| <b>TOTAL</b>       |                                                | <b>10,00</b> |          |   |   |   |

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ****XIII CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA E DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ****PROVA ORAL****PONTO 4 – DIREITOS HUMANOS  
E PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL  
E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA CORRESPONDENTE****QUESTÃO 4**

Considerando as disposições da Lei n.º 7.716/1989 bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito de racismo, atenda, de forma fundamentada, ao que se pede a seguir.

- 1 Indique os crimes que serão punidos segundo o art. 1.º do referido diploma legal.
- 2 Esclareça, de acordo com a jurisprudência do STF, como deverão ser punidas as condutas homofóbicas e transfóbicas.
- 3 Discorra sobre o conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, de acordo com o entendimento do STF.

**TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS**

Direitos Humanos: 9 Direitos Humanos em espécie. Direito à vida. Dignidade da pessoa humana. Direito à liberdade. Direito políticos. Direitos sociais. Direito de minorias.

Promoção da igualdade étnico-racial e legislação específica correspondente: 1 Racismo. 1.1 Conceito e espécies: racismo estrutural, institucional, ambiental, recreativo, religioso. 3 Lei n.º 7.716/1989 (crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).

**PADRÃO DE RESPOSTA**

1 De acordo com o art. 1.º da Lei n.º 7.716/1989, serão punidos, na forma do referido diploma legal, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

2 Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI (a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais) e XLII (a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei) do art. 5.º da Constituição Federal de 1988, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei n.º 7.716/1989 (STF. Plenário. ADO 26/DF, rel. min. Celso de Mello; MI 4733/DF, rel. min. Edson Fachin, julgados em 13/6/2019 — Info 944).

3 Segundo a jurisprudência do STF, o conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, porque resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTQIPN+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão

do sistema geral de proteção do direito. (STF. Plenário. ADO 26/DF, rel. min. Celso de Mello; MI 4733/DF, rel. min. Edson Fachin, julgados em 13/6/2019 — Info 944).

## **QUESITOS AVALIADOS**

### **Quesito 1**

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

### **Quesito 2**

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

### **Quesito 3**

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

### **Quesito 4**

Conceito 0 – Não utiliza a linguagem adequada.

Conceito 1 – Utiliza a linguagem adequada.

### **Quesito 5**

Conceito 0 – Apresenta postura inadequada.

Conceito 1 – Apresenta postura adequada.

### **Quesito 6.1**

Conceito 0 – Não indica nenhum dos crimes previstos na Lei n.º 7.716/1989.

Conceito 1 – Indica somente parte dos crimes previstos na Lei n.º 7.716/1989.

Conceito 2 – Indica somente os crimes previstos na Lei n.º 7.716/1989.

### **Quesito 6.2**

Conceito 0 – Não atende à solicitação ou o faz de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Atende à solicitação de forma parcialmente correta, referindo que as condutas homofóbicas e transfóbicas, são punidas pela referida lei, mas não esclarece o motivo (são tidas como expressões de racismo).

Conceito 2 – Atende à solicitação de forma completamente correta, as condutas homofóbicas e transfóbicas, são punidas por referida lei por traduzirem expressões de racismo.

### **Quesito 6.3**

Conceito 0 – Não atende à solicitação ou o faz de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Atende à solicitação de forma parcialmente correta, indicando que o conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, sem citar que resulta de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTQIPN+) são expostos, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito.

Conceito 2 – Atende à solicitação de forma completamente correta, indicando que o conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, porque resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTQIPN+) são expostos, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito.

**ROTEIRO DE ARGUIÇÃO**

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Quais crimes são punidos na forma da Lei n.º 7.716/1989?
- 2 Existe, na Lei n.º 7.716/1989, previsão expressa de punição para condutas homofóbicas e transfóbicas?
- 3 De acordo com a jurisprudência do STF, como devem ser punidas as condutas homofóbicas e transfóbicas enquanto não houver previsão legal expressa para tal punição?
- 4 Qual foi o argumento aduzido pelo STF em sua decisão?
- 5 Segundo a jurisprudência do STF, o conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, limita-se aos aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos? Por quê?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

**PLANILHA DE CORREÇÃO**

| QUESITOS AVALIADOS |                                                                                           | VALOR       | CONCEITO |   |   |   |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|----------|---|---|---|
|                    |                                                                                           |             |          |   |   |   |
| 1                  | Articulação do raciocínio                                                                 | 0,00 a 1,00 | 0        | 1 | 2 | 3 |
| 2                  | Capacidade de argumentação                                                                | 0,00 a 1,00 | 0        | 1 | 2 | 3 |
| 3                  | Uso correto do vernáculo                                                                  | 0,00 a 1,00 | 0        | 1 | 2 |   |
| 4                  | Adequação da linguagem                                                                    | 0,00 a 1,00 | 0        |   | 1 |   |
| 5                  | Postura                                                                                   | 0,00 a 1,00 | 0        |   | 1 |   |
| 6                  | Domínio do conhecimento jurídico                                                          |             |          |   |   |   |
| 6.1                | Lei n.º 7.716/1989 — crimes expressamente punidos                                         | 0,00 a 1,50 | 0        | 1 | 2 |   |
| 6.2                | Punição das condutas homofóbicas e transfóbicas com base na jurisprudência do STF         | 0,00 a 1,75 | 0        | 1 | 2 |   |
| 6.3                | Conceito de racismo compreendido em sua dimensão social com base na jurisprudência do STF | 0,00 a 1,75 | 0        | 1 | 2 |   |
| TOTAL              |                                                                                           | 10,00       |          |   |   |   |